

MARCELO ZEMKNER
Professor de Direito das Faculdades Integradas de Vitória – FDV
E do Centro de Evolução Profissional – CEP
Promotor de Justiça no Estado do Espírito Santo

MINISTÉRIO PÚBLICO E EFETIVIDADE DO PROCESSO CIVIL

Editora Revista dos Tribunais

São Paulo, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Zenkner, Marcelo

Ministério Público e efetividade do processo civil / Marcelo
Zenkner. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

Bibliografia.

ISBN 85-203-2911-X

1. Ministério Público - Brasil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

06-4963

CDU-347.921.5(81)

SUMÁRIO

SOBRE A SÉRIE - ANTONIO JOSÉ FERREIRA ABIKAIR	9
PREFÁCIO - FERNANDO GAPEZ	11
1. EFETIVIDADE PROCESSUAL COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL	17
1.1 Introdução	17
1.1.1 Evolução do direito processual civil	17
1.1.2 Movimento pela efetividade do processo no Brasil	20
1.1.3 Reformas do Código de Processo Civil brasileiro	22
1.2 Por um conceito de efetividade processual	22
1.2.1 Efetividade e eficacidade do processo	22
1.2.2 A contribuição da doutrina estrangeira	25
1.2.3 A contribuição da doutrina brasileira	26
1.3 Elementos da efetividade processual	29
1.3.1 Simplicidade (informalidade)	29
1.3.2 Operosidade	31
1.3.3 Celeridade (tempestividade)	33
1.3.3.1 Generalidades	33
1.3.3.2 O novo inc. LXXVIII do art. 5º da CF	37
1.3.3.3 Efetivação do direito fundamental à tempestividade na prestação jurisdicional	40
1.3.3.4 Instrumentos hábeis de tutela	43
1.3.4 Especificidade	50
1.4 Responsabilidade dos sujeitos da relação jurídica processual pela efetividade do processo	52
1.4.1 Generalidades	52
1.4.2 Responsabilidade do juiz (ativismo judicial)	55
1.4.3 Responsabilidade das partes	60
1.4.4. Responsabilidade do Ministério Público	62
2. EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA POSIÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	64
2.1 Origens históricas	64
2.1.1 O Ministério Público na Antiguidade	64
2.1.2 O Ministério Público nas Idades Média e Moderna	65
2.1.3 O Ministério Público na Idade Contemporânea	67
2.2 A posição constitucional do Ministério Público brasileiro na atualidade	69
2.2.1 Evolução da instituição	69

Localização: 347.963(81)
Z55m

2.2.2 Princípios institucionais e suas repercussões processuais	73
2.2.3 Resultados da pesquisa de credibilidade do Ministério Público	86
2.3 Atuação do Ministério Público no direito processual civil comparado	87
2.3.1 No direito processual civil dos Estados Unidos	87
2.3.2 No direito processual civil de Portugal	90
2.3.3 No direito processual civil da Espanha	92
2.3.4 No direito processual civil da Alemanha	94
2.3.5 No direito processual civil da França	95
2.3.6 No direito processual civil da Itália	96
2.4 Atuação do Ministério Público no direito processual civil brasileiro	98
2.4.1 Considerações iniciais	98
2.4.2 Atuação como órgão agente	107
2.4.2.1 Generalidades	107
2.4.2.2 Modos de atuação como agente	109
2.4.2.3 Princípios aplicáveis	112
2.4.3 Atuação como órgão interveniente	113
2.4.3.1 Natureza jurídica	113
2.4.3.2 Modos de atuação como interveniente	116
2.4.4 Atuação como terceiro juridicamente interessado no processo pendente	135
2.4.5 Racionalização da atuação do Ministério Público na área cível	138
3. POR UMA ATUAÇÃO EFETIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL	142
3.1 Em sua atuação como órgão agente	142
3.1.1 Atuação preponderante na defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	142
3.1.2 Legitimação ativa nas ações de investigação de paternidade	146
3.1.3 Legitimação nas ações de alimentos em prol de incapaz	152
3.1.4 Legitimação para promover ação executiva visando à proteção do patrimônio público	156
3.1.5 Legitimação nas ações civis ex delicto	159
3.2 Em sua atuação como órgão interveniente	161
3.2.1 Formulação de pedido de tutela antecipada	161
3.2.2 Descabimento da análise de pedido liminar de urgência	166

3.2.3 Intervenção nas ações de separação e divórcio	168
3.2.4 Intervenção em procedimentos de jurisdição voluntária	170
3.2.5 Intervenção em mandados de segurança	173
3.2.6 Intervenção no âmbito recursal - Alguns apontamentos quanto aos recursos de apelação e agravo	180
3.2.7 Aplicação do princípio da transcendência à ausência de intimação do Ministério Público	187
3.3 A Carta de Ipojuca-PE firmada pelos corregedores-gerais do Ministério Público dos Estados e da União	192
CONCLUSÃO	197
BIBLIOGRAFIA	201